

208

Avaliação da excreção urinária de iodo e grau de iodatação do sal consumido pela população do Estado de São Paulo

Geraldo Antônio Medeiros Neto

Faculdade de Medicina

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2001/03014-5

Vigência: 1/9/2002 a 31/12/2007

O controle das moléstias decorrentes da carência crônica de iodo é efetuado pela adição desse metalóide ao sal consumido pela população em risco. O Ministério da Saúde determinou que o sal deva receber 40 a 100 mg de iodato de potássio/kg. Em maio e junho de 2000, realizamos inquérito epidemiológico em 21 cidades do Brasil central, examinando 2038 escolares (6 a 14 anos) em nove estados. Verificamos baixa incidência de bócio (1,7%), mas a excreção urinária de iodo mostrou ser muito elevada. Cerca de 70% dos escolares apresentavam nível de iodo superior a 300 ug/L urina e muitos chegaram a valores superiores a 500 ug/dia. Tal fato aponta para ingestão de iodo acima do recomendado pela OMS. Este fenômeno apresenta risco inerente de morbidade para idosos com possibilidade de hipertireoidismo por excesso de iodo. Por outro lado, a continuada ingestão de iodo acima de 300 ug por dia, tem sido associada à maior prevalência de moléstias autoimunes da tireóide. Julgamos, portanto, que seria útil, oportuno e necessário realizar inquérito epidemiológico em escolares de São Paulo para confirmar o potencial de risco, por excesso de iodo, a que estaria sujeita a população geral (em especial, idosos). O projeto, portanto, visa examinar 1000 escolares em 8 cidades paulistas, avaliando volume tireóideo por ultrassonografia, coletar amostras de urina para dosar iodo e solicitar amostras de sal doméstico para avaliar teor de iodo no sal. Confirmando-se excesso de iodo ofertado à população, passaríamos à segunda fase, qual seja, examinar a população de idosos quanto à presença de bócio (nódulos) e hipertireoidismo, bem como pesquisar a prevalência de tireopatias autoimunes.

209

Construção de indicadores sobre grupos populacionais em situação de risco como subsídios para a construção de políticas públicas, por meio da utilização do sistema Prorastre

Júlio Cesar Daneluzzi

Associação de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - NIPE

Processo 2001/02947-8

Vigência: 1/12/2002 a 31/8/2003

Partindo do pressuposto de que as políticas públicas têm o poder de afetar o bem-estar e o desenvolvimento

dos seres humanos, ao determinar as suas condições de vida, a proposta deste projeto é gerar indicadores sobre grupos populacionais em situação de risco, como subsídios para a construção e implantação de políticas públicas locais, em parceria entre o Nipe com a SMS do município de São Carlos e a maternidade da Santa Casa local, utilizando como ferramenta para coleta e organização de dados o sistema Prorastre, que vem sendo desenvolvido em parceria entre pesquisadores de diferentes universidades que compõem a equipe de pesquisa do Nipe, e profissionais atuantes na rede municipal de saúde de São Carlos. O referido sistema visa o rastreamento de populações consideradas em situação de risco para danos ou agravos à saúde e ao processo de desenvolvimento, identificadas como necessitando de atendimento especial e de intervenções, quer no âmbito da atenção primária ou intervenções terapêuticas e especializadas. O sistema permite o registro de informações dos atendimentos realizados na rede municipal de saúde e na maternidade, desde o pré-natal, por ocasião do parto, e do acompanhamento das crianças que iniciam o atendimento nos postos de saúde nos primeiros meses de vida, assim como nas idades correspondentes às portas de entrada do ensino básico. A partir dessas informações, o sistema permite identificar fatores de risco orgânicos e/ou ambientais aos quais as pessoas/famílias estão expostas, gerando subsídios para a definição de ações de intervenção. A proposta de utilização do sistema Prorastre no município de São Carlos, recentemente aprovado pela SAS/MS por meio do projeto Reforsus/ componente 11 (subprojeto: fomento, análise, avaliação e disseminação de experiências inovadoras no SUS) fornecerá os dados que serão objeto de estudo da primeira fase do projeto que está sendo submetido a FAPESP, na modalidade Políticas Públicas.

210

Avaliação da dosagem alcoólica em amostras de sangue obtidas durante exames necroscópicos realizados no centro de medicina legal da FMRP/USP

Carmen Cinira Santos Martin

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2000/13987-8

Vigência: 1/2/2002 a 31/5/2006

O abuso de álcool representa um sério problema de saúde pública. No âmbito civil, altera a saúde, desencadeando enfermidades e muitas vezes levando à morte pelo agravamento de condições patológicas prévias ou em decorrência de sua interação com medicamentos. No âmbito criminal, aquele que o ingere, fica a mercê de produzir agravos a outrem e ser o provocador da morte. Nos países desenvolvidos, a relação entre o consumo de álcool e morte